

RECLAMAÇÃO Nº 37.688 - RJ (2019/0087723-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECLAMANTE : SIEMENS LTDA
ADVOGADOS : JORGE JOAQUIM LOBO E OUTRO(S) - RJ000226
MARCIO DE MELO LOBO - RJ084757
RODRIGO BARROS DE MOURA - RJ167191
ANTONIO DE FARIA GUIMARÃES - RJ179966
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO : LUIZ CARLOS ZVEITER - RJ071132

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. GARANTIA DE OBSERVÂNCIA DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CPC/2015, ART. 988, § 5º, II. REQUISITO NÃO CUMPRIDO NO CASO CONCRETO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL.

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que, nos autos da Ação Cautelar 0113168-65.2006.8.19.0001, teria violado a autoridade de decisão desta Corte no REsp 1.339.313/RJ (Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Seção), julgado sob o rito dos repetitivos.

Na inicial, a reclamante assim resume os fatos da causa: **(a)** foi ajuizada na origem ação cautelar preparatória e ação declaratória cumulada com pedido de repetição de indébito, "diante da ausência de prestação de serviço de esgotamento sanitário" pela CEDAE (fl. 6-e), pedidos julgados procedentes; **(b)** nos autos da ação cautelar, o TJ/RJ proferiu decisão determinando o sobrestamento do recurso especial da CEDAE por causa do tema repetitivo 565/STJ; por outro lado, nos autos da ação declaratória, o recurso especial foi inadmitido, e, atualmente o agravo interposto pela concessionária teve sua tramitação paralisada (em decorrência da decisão de sobrestamento nos autos da ação cautelar); **(c)** em 17/8/2017, a 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinou que os autos da ação cautelar retornassem ao órgão julgador para os fins do art. 1030, II, do CPC/2015; e **(d)** na retratação, foi provida a apelação da concessionária para julgar improcedentes os pedidos da parte autora - revogada a liminar anteriormente deferida.

Quanto ao ato reclamado, sustenta a reclamante o seguinte: **(i)** "a tese posta no julgamento do Tema nº 565/STJ exige que, no caso concreto, deva estar provado nos autos que a concessionária de serviço público preste ao menos UMA das atividades relacionadas ao serviço de esgotamento sanitário, na forma das hipóteses previstas no art. 9º, do Decreto nº. 7.217/2010, a fim de se legitimar a cobrança da tarifa de esgoto" (fl. 10-e); **(ii)** não é possível a reclamada presumir a legalidade da cobrança da tarifa de esgoto *in casu* ou, ainda, a insatisfação dos requisitos da medida cautelar, quando foram

proferidos sentença de mérito e acórdãos nos autos principais em sentido diametralmente oposto - confirmando a ilegalidade da cobrança - e que ainda pendem de julgamento definitivo; (iii) ao ter a reclamada julgado extinta a medida cautelar de origem, o fez sem se indicar ao menos uma das atividades prestadas pela CEDAE, ou seja, na contramão do vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça em casos idênticos (v.g. Rcl 12.314, de minha relatoria, julgado pela Primeira Seção).

No mais, aduz que, *"além do v. acórdão impugnado ter contrariado decisão deste E. STJ, também veio a inverter a ordem dos julgamentos (art. 796, do CPC/73), eis que pelo Código de Processo Civil, o princípio da segurança jurídica e o bom senso determinam que a declaração de legalidade da cobrança de esgoto seja primeiramente reconhecida e resolvida nos autos principais, de amplo poder cognitivo e probatório, para então, a partir de seu resultado, ser o entendimento ali extraído aplicado ao feito acessório, até porque, como já dito, o feito acessório segue a sorte do que for decidido nos autos principais"* (fl. 13-e).

No que importa aos requisitos da liminar para a suspensão dos efeitos do ato reclamado, aponta a reclamante, a título de *periculum in mora*, a possibilidade de danos irreparáveis pela possibilidade de levantamento pela CEDAE dos valores depositados em juízo ao longo de treze anos de demanda. Pede, ao final, a cassação do ato reclamado, *"com determinação de novo juízo de retratação, na forma do art. 1.030, II, do CPC/15, a fim de que reste garantida a autoridade das decisões deste E. STJ e, especialmente, a tese posta no recurso repetitivo, REsp nº. 1.339.313/RJ, Tema 565/STJ"* (fl. 17-e).

Autos distribuídos por prevenção da Rcl 14.088/RJ e conclusos em 28/3/2019.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, necessário consignar que a presente reclamação está submetida ao Enunciado Administrativo 4/STJ, assim redigido: *"Nos feitos de competência civil originária e recursal do STJ, os atos processuais que vierem a ser praticados por julgadores, partes, Ministério Público, procuradores, serventuários e auxiliares da Justiça a partir de 18 de março de 2016, deverão observar os novos procedimentos trazidos pelo CPC/2015, sem prejuízo do disposto em legislação processual especial"*.

A insurgência não prospera.

Pelo que se extrai da narrativa da reclamante e do inteiro teor dos atos reclamados - acórdãos do juízo de retratação na apelação cível da CEDAE e dos sucessivos embargos de declaração opostos pela SIEMENS, ora reclamante -, foi provida a apelação da CEDAE nos termos seguintes (fl. 34-e):

(...) diante da uniformização do entendimento da E. Corte Superior manifestado no REsp nº 1.339.313/RJ, sujeito ao regime dos Recursos Repetitivos, deve ser exercido o juízo de retratação nos autos da Apelação Cível nº 0113168-65.2006.8.19.0001 (Ação Cautelar de Depósito), a fim de negar provimento ao recurso da autora e dar provimento ao recurso da concessionária-ré, para julgar improcedentes os pedidos formulados, revogando-se a liminar anteriormente deferida, e, ainda, invertendo-se os ônus de sucumbência, determinando-se, outrossim, a expedição de mandado de pagamento em favor da ré referentes às tarifas de água industrial (guia 5071776) e tarifas de esgoto sanitário (guia 5071777) depositados nestes autos.

POR TAIS RAZÕES, o meu voto é no sentido de, em juízo de retratação, reformar o acórdão proferido a fls. 301/306, na forma acima

assinalizada.

Em suma, com o provimento da apelação da CEDAE, foi reformada a sentença que determinara à concessionária que se abstivesse de suspender a prestação dos serviços ao autor pelo não pagamento de tarifa de esgoto e determinara a expedição de mandado de pagamento em favor da ré de valores devidos a título de "água industrial", além de outro a favor da autora, referente às tarifas de esgoto sanitário - a apelação da parte autora acima referida visava à majoração de honorários advocatícios (vide acórdão juntado às fls. 112/120-e). Isso porque, conforme evidenciado pelo TJ/RJ no julgamento dos sucessivos embargos de declaração, *"não se vislumbram mais presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora autorizadores da ação cautelar"* (fl. 43-e).

Ocorre que não houve o necessário exaurimento das instâncias ordinárias para configurar o cabimento da reclamação voltada à garantir a observância de acórdão desta Corte formado em julgamento de recurso especial repetitivo (CPC/2015, art. 988, § 5º, II), tendo em vista que, realizado o juízo de retratação em relação ao recurso especial da CEDAE, passa a ser cabível recurso especial pela ora reclamante (SIEMENS), circunstância que revela a prematuridade do ajuizamento da reclamação.

Nessa linha de consideração:

AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 988, § 5º, INCISO II. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. NÃO CABIMENTO. 1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a Reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões, bem como para assegurar a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência, conforme disposto nos artigos 105, "f", da Constituição Federal, e 988 do Código de Processo Civil de 2015, sendo, pois, instrumento processual de caráter específico e de aplicação restrita. 2. Para cabimento da reclamação prevista no art. 988, § 5º, inciso II, do CPC/2015, exige-se o prévio esgotamento de instância, que somente se caracteriza após o término da análise de admissibilidade do recurso especial pelo Tribunal local, na forma preconizada no art. 1.030 do CPC. 3. Não tendo sido, sequer, interposto o recurso especial, não há que se pretender discutir a questão em reclamação, utilizando-a com nítido caráter recursal. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt na Rcl 35.894/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 29/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado. 2. Não existe prazo para o ajuizamento da reclamação prevista no art. 105, I, "f", da Constituição Federal, sendo vedada a sua utilização, nos termos da Súmula 734 do Supremo Tribunal Federal, somente quando já houver transitado em julgado o ato judicial reclamado (ex vi do art. 988, § 5º, do NCP), o que não ocorreu na espécie. 3. A reclamação constitucional constitui a via adequada para garantir a autoridade das decisões prolatadas pelos Tribunais, não se revestindo a irresignação, conforme alegado pelos embargantes, de caráter recursal. 4. Segundo o disposto o art. 988, § 5º, II, do CPC/2015, o requisito de prévio esgotamento das instâncias ordinárias é

exigido quando a reclamação for proposta para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo, não sendo esta a hipótese dos autos. 5. Os demais vícios apontados pelos embargantes, na verdade, manifestam seu inconformismo com o acolhimento da reclamação proposta pela União, sendo certo que eventual reforma do julgado não condiz com a natureza integrativa dos aclaratórios. 6. Embargos de declaração de Orlando de Oliveira Vaz Filho parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes. Rejeitados os declaratórios da FBH. (EDcl na Rcl 9.172/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 21/09/2018)

Ademais, conforme se extrai do art. 988 do CPC/2015, não há previsão legal de reclamação para assegurar a correta observância da ordem dos julgamentos dos processos principais e assessorio, como revela a reclamante à fl. 13 da petição inicial, circunstância que revela o uso indevido da reclamação como sucedâneo recursal.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial e, por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 34, XVIII, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator